

ANOMIA SOCIAL PRESENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM DECORRÊNCIA DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA

SOCIAL ANOMIE PRESENT IN EDUCATIONAL INSTITUTIONS AS A RESULT OF BANKING EDUCATION

*Artur Araujo Brilhante**

*Cícera Amanda Guilherme Fernandes***

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar e discorrer sobre a perpetuação da metodologia tradicional de ensino da educação bancária nas instituições de ensino, analisando suas raízes históricas no período colonial brasileiro como ferramenta de dominação dos povos nativos para se amoldarem as necessidades do governo monárquico e a sua reformulação durante o período ditatorial militar como instrumento de dominação e docilização da sociedade a fim de criarem uma massa social acrítica e despersonalizada politicamente que servissem às diretrizes políticas e econômicas, sua presença na contemporaneidade reformulada e aplicada no sistema tradicional de ensino e seus efeitos na formação dos indivíduos inseridos no atual contexto social de globalização que paulatinamente agrava o aumento do número de casos anômicos na sociedade em face das novas demandas sociais e do novo contexto de pós- modernidade global, período em que a sociedade hodierna vive um momento de transição de valores que demandam uma reformulação dos métodos arcaicos de estruturação social que se estendem tanto para a esfera legislativa e administrativa quanto ao âmbito social e político trazendo instabilidades nas relações afetivas e um agravamento das instabilidades subjetivas e identitárias. Como metodologia de pesquisa para a elaboração desse artigo foram realizados levantamentos de dados e informações por meio da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e outras produções, destacando-se as contribuições teóricas da pedagogia de Paulo Freire (1987), da filosofia de Michel Foucault (2001), dos estudos sociais de Zygmunt Bauman (1999) e das teses de Eduardo Bittar (2009). Justifica-se a necessidade desse artigo mediante a superação

*Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri – URCA/CE. Email: arturarbrilhante@gmail.com

**Professora Assistente Urca/CE, Ms. Em Direitos Sociais e Políticas Públicas – UNISC/RS, Esp. Em Direitos Humanos Fundamentais – URCA/CE, Coordenadora adjunta do curso de Direito – URCA/CE. Email: amandaguilherme@gmail.com

dos métodos tradicionais de ensino que não estão mais adequadas as necessidades contemporâneas e, com o novo contexto de pós modernidade, portanto, sua elaboração busca evidenciar e elucidar possíveis soluções para essa situação visando uma minimização de seus efeitos as longo prazo.

PALAVRAS CHAVE: Anomia, Educação bancária, Ensino

ABSTRACT

This article aims at analyzing and discussing the perpetuation of the traditional teaching methodology of banking education in educational institutions, analyzing its historical roots in the Brazilian colonial period as a tool for the domination of the native peoples to conform to the needs of the monarchical government and its reformulation during the military dictatorial period as an instrument of domination and docilization of society in order to create an uncritical and politically depersonalized social mass that would serve the political and economic guidelines, its presence in the reformulated contemporaneity and applied in the traditional system of education and its effects in the formation of the individuals in the current social context of globalization that gradually aggravates the increase in the number of anomic cases in society in the face of new social demands and the new context of global postmodernity, a period in which today's society lives a moment of transition of values that demand a reformulation of the archaic methods of social structuring that extend to both the legislative and administrative sphere as well as to the social and political sphere bringing instabilities in the affective relations and a worsening of the subjective and identity instabilities. As research methodology for the elaboration of this article, data and information surveys were carried out through bibliographical research in books, scientific articles, theses and other productions, highlighting the pedagogical contributions of Paulo Freire (1987), the philosophy of Michel Foucault (2001), the social studies of Zygmunt Bauman (1999) and the theses of Eduardo Bittar (2009). The need for this article is justified by overcoming traditional teaching methods that are no longer appropriate to contemporary needs and, with the new context of postmodernity, its elaboration seeks to elucidate possible solutions to this situation with a view to minimizing its long-term effects.

KEYWORDS: Anomie, Banking Education, Teaching

INTRODUÇÃO.

A sociedade atual vive um momento de crise anômica em decorrência da estaticidade educacional que se vale do modelo bancário de instrução. Assim, o atual sistema aplicado pelas instituições de ensino mostra-se paulatinamente incoerente com as mudanças e as atuais necessidades sociais na era da pós modernidade e da globalização. O despejar leviano de conhecimento que ocorre no atual modelo educacional contribui para a negação do educando como sujeito autônomo e crítico da dimensão subjetiva e pública, levando-o a indiferença e a transgressão da estrutura social que está cada vez mais complexa e caótica.

Destarte, em uma explicação etimológica, a palavra anomia em grego deriva de *a*, que significa ausência, e *nomos*, com sentido de lei, dando sentido ao termo como ausência de lei. Para Miranda Rosa (2004, p.82) a anomia possui três sentidos: quando há transgressões das normas devido a escassa vinculação social, quando há a completa ausência do teor normativo e quando não há normas que vinculem as pessoas em um contexto social, que, por conseguinte, ocasiona uma crise de valores.

A erosão das relações sociais pode ser relacionada a metodologia tradicional de ensino, pois, com o método da educação bancária, foi forjado um sistema educacional incapaz de formar sujeitos críticos. Estes, não adensam na sua subjetividade e identidade o que multiplicada as formas anômicas do sistema social apenas para moldar a sociedade sob os cânones das necessidades do mercado e do poder dominante. Percebe-se que os tradicionais paradigmas ignoram as necessidades sociais e reprimem a demanda de mudanças.

Nesse sentido, pode-se citar a obra *Pedagogia do Oprimido*, do pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire que faz uma crítica ao modelo de educação bancária, sendo este método uma herança histórica deixada pelos primeiros educadores, os jesuítas, durante o Brasil colônia que moldou as relações de ensino ao longo do desenvolvimento da nação brasileira. Desse modo, essa tradicional formação de ensino considera o educando exclusivamente como recipiente cumulativo de informações e cria-se, então, uma padronização massificada de indivíduos que não desenvolvem suas peculiaridades e individualidades, o que tem por finalidade a elevação da crise social e das transgressões devido à falta de elos entre os indivíduos e a realidade comunitária.

Diante dos fatos supracitados, a obra de Michel Foucault ,Microfísica do poder ,pode ser relacionada ao ambiente de ensino, já que em micropráticas como a hierarquização e os rituais voltados para a disciplina dos estudantes fica evidente o poder coercitivo que está presente nas instituições de formação intelectual, o que novamente pode ser um agravante dos sentimentos anômicos existentes nestas.

Desse modo, os níveis de anomia já existentes na sociedade podem ser agravados pelas formas precárias e ultrapassadas de ensino. Portanto, a elaboração deste artigo científico objetiva discorrer sobre o impacto da educação bancária presente nas instituições de ensino, sobre a manifestação das relações de poder, sobre o possível desenvolvimento de uma realidade anômica em decorrência disso e sobre a educação relacionada ao contexto de pós modernidade e de globalização. Para isso, através da pesquisa bibliográfica, o estudo apoia-se em bases teóricas da pedagogia de Paulo Freire, da filosofia de Michel Foucault e dos estudos de Zygmunt Bauman, além da pesquisa em teses e artigos científicos para relacionar as bases teóricas com o objetivo do estudo.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Em um referencial histórico, em 1500, com a chegada de Pedro Alvares Cabral, ocorreu a fundação do Brasil colônia que foi submetido a autoridade da metrópole portuguesa, a qual tinha como objetivo a exploração do território e a espoliação dos povos conquistados a fim de saciar os objetivos do capitalismo comercial e do mercantilismo que estiveram presentes nas relações econômicas dos séculos XV ao XVIII.

Nesse sentido, relacionado ao contexto histórico, Fausto diz (2002:37) “quando os europeus chegam à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná – Paraguai”. Desse modo, o Estado português, que tinha uma relação de fidelidade com a Igreja Católica, custeou a vinda de jesuítas da Companhia de Jesus para a catequização e educação a fim de impor a cultura e a religião europeia aos povos nativos e facilitar o processo de dominação e espoliação.

Destarte, o papel educacional da Companhia de Jesus é de extrema relevância para a formação pedagógica e intelectual durante o período colonial, como afirma Fausto (2002).

Pode-se afirmar que os jesuítas foram os primeiros professores da educação formal no Brasil durante a instalação do Governo Geral, em 1549, e as últimas décadas do século XVIII. Assim, os membros do clero destinados a formação intelectual dos nativos tinham suas diretrizes voltadas para a conquista de fiéis e para a propagação dos ideais e dos valores da Igreja Católica. Desse modo, os povos indígenas foram convertidos através da catequização e da instrução do formalismo pedagógico que pretendia doutrinar os educandos fazendo com que eles se distanciassem da sua realidade e aderissem aos princípios cristãos europeus e aos ensinamentos das escolas formais. Com isso, a unidade dos grupos colonizados e dos grupos colonizadores era mantida devido ao cultivo da disciplina, da tensão e da perseverança que adaptaram os povos nativos ao processo de consolidação da colonização.

Em suma, para Paulo Freire essa forma de ensino seria “puro treino, é pura transferência de conteúdo, é quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo” (Freire, 2000, p. 101). Assim, a finalidade dessa doutrinação estava fortemente arraigada a interesses políticos e econômicos principalmente da Coroa portuguesa que tinha interesse em manter o seu domínio sob o território dominado, já que esse processo de ensino promovia a passividade dos indivíduos em relação a dimensão social e política, o que favorecia o processo de dominação, de espoliação e de aculturação dos povos nativos.

Dessa forma, há o desenvolvimento de uma metodologia educacional que tem em seu cerne o depósito de informações, ausente de criticidade e de coesão com a realidade, nos educandos, os quais perdem a sua essência como sujeitos e são reificados para se enquadrarem na massa homogênea e mecanizada da sociedade que paulatinamente se torna mais passiva despersonalizada.

Nesta medida, feito o esboço histórico, a docilização dos corpos através da educação tem como objetivo sua perfectibilização instrumental para servir às instituições e aos mecanismos do mercado e do poder dominante, ato que se repete durante o período ditatorial militar no Brasil.

A inexperiência democrática e a vivência ambígua de direitos na realidade brasileira foram a causa para o Regime Ditatorial entre 1964 a 1985, ainda não totalmente esclarecido, justificado para pôr um fim ao Estado autoritário e a ameaça comunista do governo de João Goulart em 1964, esse período deixou uma herança para a educação brasileira, que em termos, dava eco à alienação, ao autoritarismo e ao sucateamento da educação em prol de difundir a

doutrina de Segurança Nacional em face da desigualdade de condições da grande convulsão social .

Isso importa em dizer que, a metodologia da educação bancária serviu de instrumento para a alienação e a construção de um perfil de indivíduos adequados as novas diretrizes do governo ditatorial. Dessa forma, em um contexto econômico brasileiro de privatizações, de industrializações e tecnicismos, há uma demanda para o desenvolvimento de uma pedagogia tradicional que fomentasse os ideais autoritários e patriotas para o sucesso de uma economia de princípios liberais e para isso as escolas e as universidades serviram como aparelhos ideológicos essenciais. A educação brasileira sofre neste período um dos mais duros golpes em sua estrutura intelectual visto que as instituições de ensino representavam um movimento revolucionário contrário ao governo vigente.

Em virtude da grande demanda de professores, alunos e servidores que estivessem adequados as novas diretrizes econômicas e políticas foi implementado um verdadeiro desmonte institucionalizado por um conjunto de medidas que tinham o objetivo de sucatear o conhecimento e alcançar a demanda de profissionais e cursos técnicos a pretexto de fomentar uma modernização com tecnologia para atrair projetos e investimentos estrangeiros a fim de desviar o foco do que estava sendo planejado pelo sistema que ignorava os fundamentos sociais e os direitos públicos.

Existia um forte apelo para que o país modernizasse o ensino a fim de acompanhar o desenvolvimento econômico artificial e os novos planos políticos, com isso, foi posto em prática uma política de limpeza da educação que formava de forma massificada professores em uma licenciatura curta e precária que tinham como metodologia de ensino a educação bancária em que tinha como cerne a exclusão de matérias reflexivas das ciências humanas e a supervalorização do conhecimento técnico e exato para a formação de profissionais que segundo as novas diretrizes estariam adequados a prosperidade econômica almejada. Então, a formação de novos profissionais não tinha o objetivo de investir em pesquisas ou de incentivar a prosperidade social, seu plano era a permanência de uma cátedra conservadora e por isso excludente.

Todavia, os planos do novo governo parecem antagônicos, já que há uma apropriação dos objetivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961 no mandato de João Goulart que tinha as demandas voltadas para uma modernização e um desejo de reformas nas políticas públicas para as universidades, já os que insurgiram o Golpe queriam

uma educação tradicional com o objetivo de maximizar as metas da economia liberal e para isso construiu-se a ilusão de uma universidade democrática que garantisse um ensino de qualidade, com o incremento da pesquisa e o aumento de vagas para alcançar um maior número de estudantes, com especial atenção aos filhos dos trabalhadores brasileiros para garantir a doutrinação do novo mercado de trabalho principalmente na área jurídica, já que era preciso legitimar o governo vigente na época no ordenamento jurídico. Assim esclarece o documento “Universidade: Memórias da Ditadura”:

Essas demandas estavam prestes a serem implantadas pelo governo de João Goulart, quando veio o golpe. Depois de alguma hesitação, a ditadura acabou por apropriar-se de algumas medidas reformistas e adaptou-as aos objetivos do próprio regime autoritário nos acordos MEC-USAID. Por um lado, interessava à ditadura investir mais nas universidades em benefício dos planos de crescimento econômico, que exigiam ampliação da oferta de pessoal qualificado, especialmente de engenheiros, físicos, químicos, matemáticos, economistas. De outro lado, aumentar verbas para pesquisas e salários dos docentes poderia ampliar a aceitação do regime nos meios acadêmicos, evitando que a repressão fosse a única política para as universidades. Era também uma tentativa de suavizar as relações com os intelectuais e cientistas, integrando-os à modernização autoritária. Pretendia-se, igualmente, que uma maior oferta de bolsas e de laboratórios de pesquisa afastasse a maioria dos estudantes de posicionamentos políticos radicais. (MEMÓRIAS DA DITADURA, s.d., p. 2)

Como se vê, há, sim, no projeto ditatorial militar o plano de sucatear o sistema educacional com a implantação de disciplinas difusoras da doutrina de segurança nacional com temas relacionados a educação moral e cívica que exaltavam o nacionalismo e o positivismo militar em detrimento de uma pedagogia voltada para a consciência crítica e libertária.

A erosão trazida para o ensino pedagógico, devido à metodologia da educação bancária na formação do Estado brasileiro e no período ditatorial militar, deixou um legado histórico que ecoa nas instituições de ensino e no estado atual da crise do direito, que corroborou para o cenário de perplexidades em torno do Estado e a falência das instituições jurídicas brasileiras.

2 EDUCAÇÃO BANCÁRIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRODUZ ANOMIA?

Ao evidenciar a herança histórica de ensino durante o período colonial, é possível criar um paralelo com o tipo de educação presente na sociedade hodierna, já que, a educação bancária

sempre esteve presente na formação intelectual da sociedade brasileira. Sendo assim, Paulo Freire, expõe em sua obra *Pedagogia do Oprimido* a metodologia da educação bancária e suas consequências. Nesse sentido, “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (Freire, 2005, p. 68), desse modo a educação bancária não tem um caráter de formação intelectual, mas, sim um caráter opressor que nega a realidade dos sujeitos e a sua subjetividade para que eles se enquadrem em uma relação vertical e autoritária, é uma metodologia de perpetuação da dominação e da ignorância.

Na metodologia da educação bancária, o aluno é considerado um ser incapaz de produzir ideias e, portanto, precisa de um professor que repasse o conhecimento já esquematizado pelo processo de aprendizagem. Em suma, se trata do depósito de informações nos educandos pelos professores que, em sua formação, também participaram desse processo de ensino, o conhecimento é considerado, então, algo estático, imutável à realidade dos sujeitos e isso cria um paradigma de que não se pode obter uma formação intelectual fora desse sistema. Assim, “participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo segui-lo.” (Freire, 1970). Portanto, na medida em que a educação bancária anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, ela corrobora com a situação acrítica e passiva dos indivíduos ao passo que contribui para a sua despersonalização e negação da própria realidade para satisfazer os interesses dominantes.

Dessa forma, com os sujeitos em negação com a sua própria realidade, sentimentos anômicos podem emergir. As instituições de ensino deveriam orientar os indivíduos para o convívio em sociedade, mas quando utilizam o método da educação bancária causam o distanciamento do sujeito da sua atual realidade social, o que pode favorecer o surgimento de sentimentos anômicos nos indivíduos que não se sentem inseridos na dimensão comum por não saberem lidar com a realidade, já que o conhecimento repassado é estático e mecânico e não acompanha a rápida evolução e modificação das comunidades e isso pode ser uma explicação para a atual crise social, presente principalmente na população mais jovem, já que os indivíduos não se sentem inseridos na dimensão social e passam a manifestar comportamentos anômicos, ações autodestrutivas e condutas antissociais e delitivas, independentemente do contexto social em que estão inseridos devido a crise de valores na sociedade pós moderna.

Anomia social, para Émile Durkheim presente no livro de Ana Lucia Sabadell, *Manual de Sociologia Jurídica*, “anomia significa “estado de desregramento”, falta de regulamentação, situação na qual a sociedade não desempenha o seu papel moderador, ou seja, não consegue

orientar e limitar a atividade do indivíduo”. Diante do atual contexto educacional, o modelo de educação bancária está incoerente com a atual realidade e não atende mais as demandas da sociedade atual, pois, não possui um caráter de formação e desenvolvimento, apenas realiza a manutenção de um modelo arcaico e tradicional que serve a interesses mesquinhos e elitistas. Ao invés de desenvolver capacidades e estimular os indivíduos a se projetarem como cidadãos, determina a apatia e o conformismo, gera distanciamento social e mais comportamento anômico.

3 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

A obra microfísica do poder, de Foucault, pode ser relacionada a questão da manutenção da educação bancária nas instituições de ensino, já que, a formação do sujeito é resultado de uma ação prática que sempre é fabricado pelo meio no qual está inserido, sendo diretamente relacionado ao ambiente de ensino.

Nesse sentido, o poder é caracterizado como algo que não pode ser possuído, mas sim exercido, em uma síntese elaborada por Machado o poder seria “luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa”. (Machado, 2001, p. XV). Portanto, ele pode ser exercido por diversas instituições e em menor escala por grupos ou indivíduos dotados de algum poder de autoridade, na era atual, o poder emana do Estado, que através das escolas e das universidades usa o modelo de educação bancária para fabricar um determinado perfil de indivíduos que estejam condicionados aos métodos impostos de organização e de autoridade.

Com isso posto, Foucault esclarece que há três tipos de lutas: contra formas de dominação, as quais são geralmente de questões de construção social como os costumes, lutas contra formas de exploração, o que poderia ser relacionada a questão de reivindicação de direitos trabalhistas, e lutas contra as formas de subjetivação. Dentre essas, para as lutas contra a sujeição, o poder dominante, que no caso seria o Estado, se apropriou de uma técnica rudimentar para manter a ordem e organização dos indivíduos, técnica essa que seria o poder pastoral, o qual foi muito empregado pela instituição religiosa da igreja católica com o propósito ordenar as relações sociais com o propósito de garantir a salvação eterna, porém outros agentes se desenvolveram e ganharam força e estes tinham o objetivo de assegurar o bom

funcionamento do Estado por todo o corpo social, e isso se verifica quando o Estado cria e organiza pequenas instituições para garantir a ordem, como a polícia e o exército, para garantir a saúde, como os hospitais e clínicas, e para garantir a formação e a instrução dos sujeitos, o que seriam as escolas e universidades.

Em relação a isso, a metáfora do panóptico consiste em um dispositivo de vigilância e invisibilidade, que se vale de 3 estruturas básicas: o espaço fechado, a divisão do espaço e uma torre central de vigilância. Desse modo, da torre é possível enxergar as celas, muito embora das celas não seja possível enxergar quem está na torre e nem tampouco em outras celas. Desse modo, para Foucault (2008:169): “o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens (...)”. Assim o ato de vigiar e punir é aplicado de forma prática e eficiente, sendo um método adaptado a outros contextos e aplicados por diversas instituições sociais.

Como citado anteriormente, o poder circula pelos indivíduos que o exercem através de métodos que aplicam ordem e organização. No contexto escolar é visível essa relação, pois, existe uma hierarquia entre todos os membros que a compõe, estruturando uma relação vertical, nesse caso, um aluno é considerado inferior, no quesito de autoridade, ao professor e este é inferior ao diretor. Nesse sentido, para Foucault.

Eu não quero dizer que o Estado não seja importante; o que eu quero dizer é que as relações de poder, e, conseqüentemente sua análise se estendem além dos limites do Estado. Em dois sentidos: em primeiro lugar porque o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família parentesco, conhecimento, tecnologia etc. (Foucault, 1980, p. 122)

Desde logo, é possível discorrer que as práticas do poder têm origem em um nível cotidiano, nas pequenas ações sociais que são externas a aparelhagem do Estado, mas ao mesmo tempo são criadoras do mesmo. Desse modo, quem está no topo da hierarquia do poder não necessariamente o emana, o cerne encontra-se na relação vertical entre o ápice e a base que se condicionam reciprocamente (Foucault, 2001b, p. 221).

Faz-se necessário a afirmação de que o exercício do poder não tem caráter apenas negativo, visto que ele permite a manutenção da ordem o que proporciona o desenvolvimento

da sociedade. Portanto, deve-se “considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 2001b, p. 8)

De fato, expor o caráter negativo é essencial para o entendimento de suas consequências, principalmente nas instituições de formação intelectual. Sendo assim, para Foucault.

Ele [o poder] não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativo”. (Foucault, 1995, p. 243)

Em relação a isso, o poder “produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade” (Foucault, 2002). Sendo assim, ele quando usado para legitimar interesses que não estejam fundamentados no bem-estar e no desenvolvimento social, volta-se para a negação da subjetividade dos indivíduos a fim de torna-los dóceis e adestrá-los para que eles sejam úteis à sociedade.

O que se percebe é que o poder busca um controle não apenas do produto, mas também do processo. Assim, as instituições de ensino, quando subordinadas a interesses atinentes a formação humana, desenvolvem um sistema complexo de fabricação e moldagem dos educandos para que eles se enquadrem no que o poder dominante considera útil e prático. Sendo assim, métodos de disciplina buscam a organização do espaço, do tempo e das capacidades, o que Foucault define como quadriculamento, em que os alunos são separados e inseridos de acordo com suas capacidades e habilidades “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (p. 123).

É evidente que a prática da vigilância facilita a organização dessa estrutura, já que ao privar os educandos de seu espaço pessoal fica mais fácil puni-los pelas atitudes desviantes ou recompensá-los por comportamentos predeterminados. Os rituais das instituições de ensino também possuem sua importância, já que a divisão do tempo proporciona a maximização das atividades produtivas sem que o indivíduo perca o foco em outras atividades. Em relação a educação bancária, os educandos só conseguem avançar nesse modelo educacional se mostrarem capacidade e aptidão, então, eles devem memorizar fórmulas e informações de uma forma simples e prática sem muito desenvolvimento intelectual e crítico, já que, isso poderia

prejudicar o sistema bancário de ensino e os interesses dominantes. Em suma, os exames servem para vigiar e normalizar as relações.

4 A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS NO CONTEXTO DA PÓS MODERNIDADE

Diante das informações supracitadas, o livro romance do escritor americano J. D. Salinger publicado pela primeira vez em 1951, *O apanhador no campo de centeio*, retrata a situação de um jovem que passa por uma crise de apatia e demonstração de sentimentos anômicos diante da realidade social a qual está inserido em decorrência do modelo empregado pelas instituições de ensino tradicionais, como a educação bancária e o exercício da disciplina e da limitação da subjetividade dos educandos, como foi citado anteriormente. Assim, a obra se tornou quase que um reflexo da realidade de diversos jovens, que demonstram resistência a esses métodos e ,mesmo não sendo um estudo de caso, a obra reitera como uma instituição que se vale de um modelo tradicional de ensino pode contribuir para o sentimento anômico nos indivíduos, principalmente nos educandos que, como na obra, podem ter pensamentos evasivos e autodestrutivos, como o personagem principal manifesta diversas vezes durante o decorrer da trama.

Sendo assim, diante dos argumentos supracitados, o modelo tradicional de ensino não se adequa mais as necessidades contemporâneas e ao contexto de pós modernidade que é caracterizado, segundo Santos, como

A transição paradigmática é um período histórico e uma mentalidade. É um período histórico que não se sabe bem quando começa e muito menos quando acaba. É uma mentalidade fraturada entre lealdades inconsistentes e aspirações desproporcionadas entre saudosismos anacrônicos e voluntarismos excessivos. Se, por um lado, as raízes ainda pesam, mas já não sustentam, por outro, as ações parecem simultaneamente infinitas e nulas. A transição paradigmática é, assim, um ambiente de incerteza, de complexidade e de caos que se repercute nas estruturas e nas práticas sociais, nas instituições e nas ideologias, nas representações sociais e nas inteligibilidades, na vida vivida e na personalidade” (Santos, *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, 2001, p. 257)

O contexto atual da sociedade é caracterizado pela contestação e crise da eficiência dos valores, bem como a instabilidade dos princípios em decorrência da falta de imperativos eficientes. Em suma, a sociedade está diante de um colapso constatado pela incapacidade de

gerenciar os conflitos decorrentes do conjunto de mutações que vêm sendo provocados em diversas dimensões. Some-se a isto, a realidade global da era moderna em que as distâncias não têm mais importância para as relações humanas o que proporciona a fluidez das mesmas.

As mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas se dão pelo ritmo do espaço e pela institucionalidade. Porém, a ação institucional não foi capaz de se adequar de maneira efetiva ao contexto de transição o qual a humanidade vivencia atualmente. Assim, segundo Bauman (1999, p. 53) “as tentativas de “homogeneizar” o espaço urbano, de torná-lo “lógico”, “funcional” ou “legível” redundaram na desintegração das redes protetoras tecidas pelos laços humanos, na experiência fisicamente devastadora do abandono e da solidão”. Diante disso, o espaço artificial criado pelas instituições, principalmente no que se refere a formação intelectual e pessoal, falha rudemente ao automatizar os sujeitos, visto que, a falências dos modelos tradicionais e das instituições é algo que está ocorrendo no contexto da sociedade hodierna.

Em relação a realidade de globalização das relações, Bauman em sua obra Globalização evidencia uma nova forma de manutenção do poder, o sinóptico, que funciona como um superpanóptico, mas com a diferença de que os vigiados são os próprios atores do ato da vigilância. Desse modo,

No Sinóptico, os habitantes locais observam os globais. A autoridade destes últimos é garantida por seu próprio distanciamento; os globais não são literalmente “deste mundo”, mas sua flutuação acima dos mundos locais é muito mais visível, de forma diária e intrusa, que a dos anjos que outrora pairavam sobre o mundo cristão: simultaneamente inacessíveis e dentro do raio de visão, sublimes e mundanos, infinitamente superiores mas dando um brilhante exemplo para todos os inferiores seguirem ou sonharem em seguir; admirados e cobiçados ao mesmo tempo — uma realzeza que guia, em vez de mandar. (Bauman, 1999, p.61)

No livro Manual de Sociologia Jurídica, os estudos de Merton podem ser relacionados a nova dimensão global e pós moderna, já que ele observou que o indivíduo busca atingir as metas culturais empregando os meios estabelecidos pela sociedade, o que seria o comportamento modal, porém quando o sujeito não consegue se inserir nessa situação de satisfação das metas ele tende a desenvolver comportamentos desviantes que variam desde atos considerados inadequados a atos autodestrutivos. Assim, a sociedade é estruturada de modo que nem todos possam alcançar essas metas, pois, isso permite a manutenção do sistema de dominação pelos detentores do poder das instituições que guiam os indivíduos através de

modelos a serem seguidos afim de que estes permaneçam inseridos nessa estrutura mecanizada e sem perspectivas de formação subjetiva.

Com isso posto, reiterando o papel da metodologia da educação bancária nas instituições de ensino, os centros de formação intelectual e pessoal apenas servem para garantir que a realidade de subordinação seja mantida, a fim de satisfazer as exigências econômicas. Porém, consequências podem vir a emergir diante dessa situação, como o agravamento da realidade anômica em decorrência da falta dos elos significativos para a convivência humana que na realidade de transição pós-moderna se tornam paulatinamente fragmentados e sem sentido.

O direito é um meio importante para normalizar a situação, pois, é evidente a necessidade de um novo conjunto de regras jurídicas ou uma nova interpretação das normas já existentes para que a sociedade consiga se adaptar ao novo contexto de pós modernidade e possa minimizar a problemática da crise anômica, visto que esta pode ser agravada devido à manutenção da ignorância e da negação da subjetividade dos indivíduos no que se refere a sua formação como cidadãos apenas para garantir a manutenção do poder dominante., como é destacado na sociologia de Darcy Ribeiro:

A mais grave dessas continuidades reside na oposição entre os interesses do patronato empresarial, de ontem e de hoje, e os interesses do povo brasileiro. Ela se mantém ao longo dos séculos pelo domínio do poder institucional e do controle da máquina do Estado nas mãos da mesma classe dominante, que faz prevalecer uma ordenação social e legal resistente a qualquer progresso generalizável a toda a população. (Ribeiro, O povo brasileiro, 1995, p.251)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos supracitados, este artigo busca elucidar e trazer à tona a discussão acerca da metodologia da educação bancária como um legado histórico desde a gênese do Estado brasileiro, ao período ditatorial militar e refletindo na educação contemporânea. Assim, há uma ligação entre o ensino nas instituições de formação intelectual e a crise de anomia que a sociedade atual vivencia, já que os meios tradicionais de ensino não estão mais adequados as mudanças sociais que ocorreram nos últimos anos, principalmente no que se refere a nova era da globalização e da pós modernidade, em que há uma falsa impressão

de aumento de liberdade e autonomia, porém o ser pós moderno vive em uma realidade de relações que se tornam paulatinamente rápidas, efêmeras e apáticas, devido a um aumento crescente das formas e técnicas de determinação do comportamento para um controle da sua subjetividade. além de uma clara falência dos sistemas e paradigmas tradicionais que utilizam de ferramentas complexas para sufocar mudanças nesse cenário paradigmático.

As instituições de formação intelectual e humana que deveriam guiar e orientar os indivíduos para se adaptarem a essa nova realidade tanto no campo do conhecimento geral quando no exercício jurídico não cumprem a sua função plenamente, pois, ao adotarem o modelo de educação bancária como metodologia principal, apenas realizam a manutenção de uma estrutura de dominação dos indivíduos pelos grupos dominantes que não possuem diretrizes voltadas ao desenvolvimento subjetivo e social, buscam apenas garantir que suas vontades mesquinhas sejam atendidas através da espoliação dos grupos vulneráveis e ,para isso, valem-se de métodos e estratégias complexas a fim de docilizar os sujeitos para que estes permaneçam alheios a própria realidade a qual estão inseridos.

Um dos meios para minimizar essa situação caótica é através da informação e do conhecimento sincrético que estimulam a criticidade e a elaboração de medidas efetivas contra essa problemática. Visto que, uma sociedade com comportamentos patológicos, evidentes na experiência cotidiana, não pode garantir o pleno exercício da dignidade humana que é assegurado pela Lei Maior como princípio fundamental para o bem-estar social.

De fato, a hiperindividualidade advinda de um modelo unânime e de concepções universais afeta diretamente os atos socio comportamentais que se tornam mecanizados e amplamente colonizados pelos interesses dominadores. A realidade atual é de que as escolas e universidades não formam mais sujeitos críticos e sim operários fabris em quantidades massificadas para suprir a demanda do sistema tradicional, portanto, é de vital importância que o processo pedagógico, nesse contexto anômico e artificial, seja reformulado através do abandono de práticas educativas corriqueiras e a recuperação de uma pedagogia capaz de adentrar nos sentidos capacitando o aluno produtivo, consciente da importância do exercício reflexivo.

Sendo assim, com a máxima de Foucault, a título de reflexão, sobre as instituições sociais “Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (2002, p. 199). Conclui-se essa pesquisa com essa incógnita acerca dos modelos institucionais presentes na sociedade

que derivam de um mesmo modelo arcaico e tradicional sendo aglutinado pelas diversas esferas de serviços sociais que buscam não o bem estar e o desenvolvimento intelectual e subjetivo dos indivíduos, mas sim seu amoldamento em um sistema quase que fabril de seres despersonalizados e anômicos para a realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999

BITTAR, Eduardo. **O Direito na Pós Modernidade**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009

BRAGA, Ana Elisa Linhares de Meneses. **A inconveniência do entendimento do STF sobre a Lei de Anistia e a redefinição de seu posicionamento**. 2017. 188 f. Dissertação (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora**. Revista: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, v. 27, n. 1 (79) | p. 155-177 | jan./abr. 2016 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n1/1980-6248-pp-27-01-00155.pdf> >. Acesso em: 23 set. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Taquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. – Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.

NUNES, Rizzatto. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PANIAGO, Maria de Lourdes Faria. **VIGIAR E PUNIR NA ESCOLA: a microfísica do poder**. Revista Eletrônica de Educação do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Jataí

da Universidade Federal de Goiás, Goiás, v. 1, n. 1, jan/jun. 2005. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/viewFile/20400/19134> >. Acesso em: 18 nov. 2018.

ROSÁRIO, Maria José Aviz; MELO, Clarisse Nascimento. **A educação Jesuítica no Brasil Colônia**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, no 61, p.379-389, mar. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640534/8093>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica**. 5. ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SALINGERO, J.D. **O Apanhador no Campo de Centeio**. 16. ed. – São Paulo: Editora do Autor, 1999.